

O CORPO EM FESTA: percursos de aprendizagem de girantes no candomblé angola congo.

*CURI, Gabriela Ferreira¹
BRITO, José Eustáquio de²*

Resumo

O presente estudo integra uma pesquisa de mestrado em desenvolvimento pelo PPGE/UEMG, cujo objetivo principal é descrever os percursos de aprendizagem de “girantes”, pessoas que incorporam forças da natureza cultuadas em um terreiro de candomblé de Belo Horizonte. E assim compreender como os saberes e as práticas sociais de matriz africana são apropriados e partilhados por estas pessoas em suas comunidades. O terreiro abordado como contexto de experiências culturais em que as noções de corpo, festa e aprendizagem adquirem centralidade, considerando contribuições de diferentes campos do conhecimento. A pesquisa envolve realização de imersão etnográfica, revisão bibliográfica e registro de histórias orais. Na condição de pesquisadora-girante, percebo tais percursos como modos de ser de corpos-aprendizes que festejam, encantam, educam e reinventam-se junto com as forças da natureza. “Corpos em festa”, essenciais para existência, transformação e continuidade dos saberes tradicionais de matriz africana no país. Partilharemos neste estudo uma pesquisa bibliográfica preliminar.

Palavras-chave: Comunidade, saberes, terreiro, tradicional.

O universo do Candomblé como contexto de pesquisa: abrindo caminhos.

Os terreiros de candomblé têm contribuído significativamente com os processos de produção, partilha e expansão de saberes no âmbito de diferentes ramos do conhecimento - antropologia, sociologia, história, filosofia, artes, educação, entre outros. No caso específico da educação e de outros campos que dialogam com questões educacionais, estes processos têm contribuído para

¹ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Educação e Formação Humana da Faculdade de Educação – Universidade do Estado de Minas Gerais, 2022. <https://orcid.org/0000-0003-3796-5466>
gabrielacuri.gabi@gmail.com

² Professor Orientador do Programa de Pós-Graduação em Educação e Formação Humana da Faculdade de Educação – Universidade do Estado de Minas Gerais, 2022. joseeustaquio.brito@uemg.br

rever percepções e conceitos recorrentes e apontar outros caminhos para lidar com os desafios contemporâneos.

Nesta perspectiva, a revisão bibliográfica preliminar inclui diálogos com autores e autoras que buscam, entre outros objetivos, reconhecer e afirmar que o candomblé é um universo promotor de experiências culturais que extrapolam os limites territoriais das comunidades tradicionais de matriz africana. Além disso, são autores e autoras que colocam em cena, por meio destes reconhecimentos e destas afirmações, outros protagonistas tais como os mestres e mestras oriundos dessas comunidades, com as quais algumas universidades têm procurado estabelecer diálogos e parcerias (CARVALHO, 2018).

Pensar o universo do candomblé apenas sob o enfoque religioso é uma leitura muito comum, mas, limitadora em relação à diversidade de sentidos e sentires que as experiências promovidas neste universo podem suscitar, sobretudo quando levamos em consideração outras dimensões implicadas – sociais, políticas, econômicas, filosóficas. Dessa forma, propomos uma abordagem dos terreiros de candomblé enquanto territórios de re-existência e reinvenção culturais que envolvem múltiplos saberes, resultantes de tessituras coletivas que, por sua vez, potencializam as noções de “corpo-território” (GAGO, 2020) e de “corpo-terreiro” (RUFINO, 2019). Territórios de alinhavos em que são construídas corpografias com sentidos próprios, suscetíveis a aberturas e ressignificações. Lugares de plantio e cultivo de “forças de realização coletiva” (SANTOS, 2012, p. 40), de salvaguarda e continuidade da cultura.

Nestes territórios, em que se cultuam as forças da natureza – *Mikisi*³ –, pequenas Áfricas são corporalizadas, dando de comer a quem tem fome, afirmando-se como contextos sociais de encontros lastreados em premissas éticas de “cuidado” (RABELO, 2014) e troca coletiva de sabedorias, protagonizados por pessoas que significam e ressignificam-se em conluio com o tempo e com o espaço.

Dessa forma, o sagrado transborda e evidencia a relevância das questões ambientais, políticas, pedagógicas, de saúde, de segurança pública e de outros assuntos de interesse público que perpassam a vida destas comunidades. Pela complexidade de suas práticas sociais, os terreiros de candomblé desempenham papel sociocultural fundamental, atuando ativamente como promotores de qualidade de vida para suas comunidades internas e para as pessoas que vivem

³ Mikisi. Plural de Nkisi. Divindades cultuadas no candomblé Angola Congo.

em seus entornos, colocando em evidência uma “cosmopercepção” (OYEWUMI, 2021) africana, por meio da qual são sugeridas outras percepções acerca da vida e da existência. As comunidades de terreiro, dentro e fora dos territórios e com seus “corpos-territórios” (GAGO, 2020), enriquecem e transbordam um imenso conjunto de saberes ancestrais, tradicionais e originais, contribuindo para o desenvolvimento da cultura, no Brasil e em outras partes do mundo. E assim, seguindo a premissa do “cuidado” (RABELO, 2014), que abrange materialidades e imaterialidades, ampliam o alcance das interações sociais que promovem.

Nos terreiros de candomblé,

Cada pessoa pode ser vista como uma “natureza particular” que integra uma “natureza mais abrangente” e que, independentemente das suas opções e orientações individuais, apresentam potencial para serem percebidas como manifestações do sagrado. Esses pressupostos também orientam os passos da comunidade no processo de qualificação da sua atuação social e, conseqüentemente, os seus diálogos com a cidade, incluindo o estabelecimento de parcerias com outros grupos sociais, comunidades de terreiro, pessoas e instituições (SOUSA, 2021, p. 31).

A compreensão destes diálogos perpassa pela noção de cultura, pressupondo experiências e vivências cotidianas que contribuem para formar e transformar os modos de ser, saber, aprender, estar e se relacionar com a realidade. Quando deslocamos de um lugar a outro, nossa cultura muda junto, levando um conjunto de práticas, saberes, expressões e corporalidades que são construídas e reconstruídas socialmente. Assim, a cultura do candomblé contribui nos processos de construção de identidades pessoais e coletivas, evidenciando símbolos e simbologias múltiplas, permitindo estabelecer identidades correspondentes em outros territórios. Neste sentido, conforme definiu Sodré (2005, p. 37), a cultura pode ser concebida como um “modo de relacionamento humano com o seu real”. A cultura faz acordos ao transitar pelo mundo.

E ao transitar pelo mundo, princípios e valores de matriz africana também são transformados e ressignificados. Nestes processos de transformação, os terreiros de candomblé são fundamentais para assegurar que estes princípios e valores não sejam totalmente esquecidos e deixados à margem, assumindo assim uma condição singular nos movimentos de reinvenção da cultura original. Dessa forma, são percorridos caminhos de luta, de negociações e de diálogos com a ideologia dominante, em seus próprios modos e meios de ser e de fazer esta “reinvenção cultural” (SODRÉ, 2005, p. 92-93).

Por outro lado, cabe ressaltar que os caminhar corporalizados do candomblé estão imbricados ao desenvolvimento das ciências sociais no Brasil. E assim, seus processos de organização social vêm contribuindo para indicar modos africanos de caminhar que conectam tradição e contemporaneidade. Os terreiros de candomblé, segundo Muniz Sodré (2005, p. 93), configuram exemplos paradigmáticos do movimento de reposição de ordens culturais originárias africanas em território brasileiro, casos singulares de coexistência e interpenetração entre vertentes culturais distintas, em que os africanos e os seus descendentes souberam aproveitar e se beneficiar das limitações, das falhas e dos interstícios “da ordem ideológica vigente”. Ainda que desafiados pelo sistema colonial escravocrata, conseguiram desenvolver formas próprias de organização social, nas quais estão incluídas propostas educacionais e processos de aprendizagem complexos.

Modos de vida que são expressos e materializados por meio de festas, danças, músicas, vestuários, culinária, arquitetura, cânticos, rezas, gestos, comportamentos e inúmeras outras manifestações que transbordam os limites espaciais e temporais dessas comunidades para adquirir outros sentidos no panorama geral da cultura brasileira. Manifestações que demandam aprendizagem, que são vivenciadas simultaneamente como práticas sociais, educativas, artísticas, religiosas e que se encontram marcadas por uma ambivalência que desafia os enquadramentos conceituais.

Trata-se, portanto de percursos de luta e de re-existência que são atualizados e ressignificados constantemente diante do surgimento de novos desafios. Desde o início do XIX, o universo do candomblé já era visto como contexto de produção e de partilha de experiências culturais que poderiam contribuir para melhor compreender os matizes e as nuances da cultura brasileira. Nos dias atuais, não restam dúvidas de que os terreiros de candomblé são contextos de resistência, de intercâmbio e de aprendizagem cultural, capazes de produzir entrelaçamentos e transformações sociais que interessam ao campo da educação.

Porém, se por um lado, a relevância dos terreiros, como contextos de experiências culturais capazes de contribuir e ampliar os debates sobre o processo de formação da cultura e da sociedade brasileira é inquestionável, por outro lado, são recentes os estudos que versam sobre os processos de aprendizagem no candomblé, incluindo as percepções de candomblecistas sobre os processos de organização social que fazem parte do cotidiano dos terreiros e que ampliam os

sentidos de suas relações com o mundo.

Pressupõe-se, portanto, que as experiências cotidianas das comunidades de terreiro, a partir da elaboração das pessoas que as vivenciam, sejam reconhecidas e valorizadas nos estudos e pesquisas acadêmicas como contribuições imprescindíveis, inclusive no sentido de fomentar outras percepções a respeito do legado de matriz africana no país, e que estão diretamente relacionadas com a existência, a liberdade e a cidadania de uma parcela significativa da população brasileira.

De acordo com Márcio Goldman (2009, p. 106), durante muito tempo estas complexidades foram vistas como “sobrevivências de um passado”, perspectiva que prevaleceu até o início dos anos 1970, momento a partir do qual passaram a ser estudadas como “expressão de relações sociais concretas contemporâneas”. Abordagem foi adquirindo fôlego paulatinamente, especialmente a partir dos anos 1990, momento efervescente de reorganização dos Movimentos Sociais no país, entusiasmados pela possibilidade de ruptura definitiva com o regime autoritário que perdurou até 1985 e pelas expectativas de construção de uma democracia baseada na Constituição de 1988.

Entre outras conquistas decorrentes desse processo de reorganização dos Movimentos Sociais, podemos citar, por exemplo, a aprovação da Lei 10.639/ 2003 (BRASIL, 2003), modificada pela Lei 11.645/ 2008 (BRASIL, 2008), por meio das quais foi estabelecida a obrigatoriedade do ensino das Histórias e das Culturas africanas, afrodescendentes e dos povos originários em instituições oficiais de ensino no país. De acordo com as “Diretrizes” (BRASIL, 2004) sugeridas para a educação das relações étnico-raciais em todo o país, trata-se de medida “política” capaz de provocar “fortes repercussões pedagógicas, inclusive na formação de professores” de diferentes origens:

Com esta medida, reconhece-se que, além de garantir vagas para negros nos bancos escolares, é preciso valorizar devidamente a história e cultura de seu povo, buscando reparar danos, que se repetem há cinco séculos, à sua identidade e a seus direitos. A relevância do estudo de temas decorrentes da história e cultura afro-brasileira e africana não se restringe à população negra, ao contrário, diz respeito a todos os brasileiros, uma vez que devem educar-se enquanto cidadãos atuantes no seio de uma sociedade multicultural e pluriétnica, capazes de construir uma nação democrática (BRASIL, 2004, p. 17).

Evidencia-se assim a estreita relação entre as ações coletivas protagonizadas pelos movimentos sociais e as questões de aprendizagem que perpassam os universos da educação e da cultura. Sabemos, entretanto, que apenas a aprovação das leis mencionadas não é suficiente para garantir direitos e resolver todos os problemas na prática. Diante deste desafio, os programas de pós-graduação de diferentes campos do conhecimento, principalmente aqueles que pretendem formar educadores, têm muito com o que contribuir, e aprender, com o estabelecimento de diálogos e parcerias com as comunidades tradicionais, com os “encontros de saberes” (CARVALHO, 2018).

Encontro de Saberes: caminhos possíveis

A educação, na contemporaneidade, convoca a presença e a participação de outros sujeitos e de outros contextos (ARROYO, 2014; 2011). Convoca toda a sociedade a pensar em novas concepções, percebendo a educação como prática social, como ato político, como campo de saberes pluridisciplinares e indisciplinados, em que seja possível pular cercas e fugir das margens que nos cerceiam. E a partir destas outras concepções vislumbrar e apontar novos caminhos, construir outros sentidos de vida, de estar vivo e de formação humana. Conforme argumentou Sodré (2022):

Está reservado à educação um outro lugar, porque ela é outro tipo de processo. É a formação cívica, ao mesmo tempo psicológica e ética. Isso não pode ser substituído. A educação é um nome da transformação de um processo radical de iniciação. As sociedades ocidentais não iniciam – a iniciação só há em sociedades tradicionais e tribais. Iniciação é como uma conversão ou um batismo: a entrada numa câmara-portal e o renascimento do indivíduo para a vida social e coletiva. A iniciação é pessoal – ela precisa de gente – (...). Há uma passagem de saber familiar inicial, que é importante, mas não é nunca o conteúdo o mais importante e sim o laço (SODRÉ, 2022).

Os terreiros de candomblé, conforme assinalado na primeira parte deste texto, têm contribuído para repensar nestes outros lugares reservados à educação, em decorrência dos encontros que é capaz de promover e das redes que são constituídas por meio destes encontros. Encontros e redes tecidos de forma multidisciplinar em conluio com o tempo e com o espaço, ressignificando a vida, as formas de estar junto e os modos de fazer coletivos. Redes de saberes

que é elaborada considerando o movimento da vida, que mobiliza noções tais como território, sagrado, festas, gestos, corpo-grafias, folhas, artefatos, comidas, contos e cantos, colocando-as para dançar, cantar, celebrar, girar e aprender. Um tipo de pedagogia que demanda presença, ancestralidade e tradição para a abertura de novos caminhos.

No candomblé, assim como em outras comunidades tradicionais, mestres e mestras reúnem repertórios de saberes imbricados com diferentes campos do conhecimento acadêmico e possibilidades de reinvenções epistemológicas. Ao reconhecer mestres e mestras de comunidades tradicionais como parceiros e parceiras imprescindíveis da luta em defesa da própria educação, as universidades contribuem para que os saberes e as práticas sociais destes territórios sejam reconhecidos e legitimados como referências que precisam ser revistas e estudadas com cuidado e atenção. O candomblé emerge como um destes universos de saberes e aprendizagens que pode apontar outros caminhos para a educação e para as relações humanas. Contexto que pode contribuir para ampliar os sentidos da educação, transbordando em pedagogias e epistemologias libertadoras. A ideia de uma cultura comunal como referência para traçar caminhos de aprendizagens sociais construídas coletivamente. Caminhos que já são apontados por estas comunidades há bastante tempo, que foram sendo readaptados em decorrência de necessidades, mas, que ainda não haviam sido devidamente reconhecidas em muitos contextos acadêmicos. Mesmo que tal reconhecimento ainda não tenha sido totalmente alcançado, é possível identificar alguns avanços e possibilidades desta articulação entre as comunidades tradicionais e acadêmicas.

Essa intervenção no sistema acadêmico cresce articulada com outras que também impulsionam processos de inclusão epistêmica, como as ações derivadas das leis 10.639 e 11.645 no âmbito das licenciaturas. Mais especificamente, o Encontro de Saberes é uma resposta à demanda colocada pelos mestres e mestras nos dois Seminários Nacionais de Políticas Públicas para as Culturas Populares, realizados em 2005 e 2006 pelo Ministério da Cultura. Após décadas de expropriação, canibalização e espetacularização, os mestres adquiriram consciência do seu valor e compreenderam que deveriam projetar sua voz nas escolas sem intermediários. Assim, os Seminários permitiram um novo pacto educativo das comunidades tradicionais com o Estado. Nesse contexto, a pauta de demandas dos mestres se revelou mais forte do que em qualquer momento histórico anterior a este e a potência do termo “mestre” reflete esse novo pacto (CARVALHO e VIANNA, 2020, p.25).

Neste sentido, nos terreiros de candomblé, todo o legado cultural de matriz africana, com suas

materialidades e imaterialidades, suas corporalidades, suas lutas, enfim, suas formas de re-existência constituem oportunidades de aprendizado e de formação humana. Os saberes, nestas comunidades tradicionais, implicam no reconhecendo das diferentes formas de sentir e dar sentido ao mundo. Aspecto que possibilita outras tessituras individuais e coletivas. Aprender é parte inerente da trama do Candomblé que se delinea em reinvenções construídas coletivamente, em presenças ancestrais e tradicionais. Assim, no candomblé, a aprendizagem pressupõe cultivares coletivos profundos e banquetes para todas as bocas.

Ao convocar as comunidades tradicionais para os “encontros de saberes” (CARVALHO, 2018) ressaltando as presenças e as corporalidades de cada mestre e de cada mestra das comunidades tradicionais, a universidade oportuniza-se um caminho de reinvenção do mundo acadêmico, e por meio desta iniciativa, promove inclusão social, política, pedagógica, étnico-racial e epistemológica.

Corpo-território-festa-aprendizagem: encruzilhanças

Esta possibilidade de “refundação” mencionada por Carvalho (2018, p. 91) também sugere revisões conceituais. No universo do candomblé, noções como território, corpo e festa podem, a partir dos diálogos estabelecidos nas próprias comunidades, especialmente com os mestres e com as mestras, adquirir outros sentidos, inclusive como parte fundamental dos processos de luta por existência e continuidade da cultura, pela manutenção e transformação dos modos de ser e de viver coletivamente. Para exemplificar, recupero aqui parte de um trabalho apresentado em um evento acadêmico realizado em Portugal, no qual propomos uma discussão sobre as festas públicas realizadas por terreiros de candomblé, percebidas e concebidas como oportunidades de acesso e de participação em relação ao legado cultural de matriz africana preservados por estas comunidades no Brasil.

Para além de espaços “de religião”, os terreiros constituem “unidades territoriais tradicionais” (Comissão de Cidadania e Direitos Humanos, 2016) que podem variar em termos de denominação, tais como “ilê”, “manzo”, “unzo”, “nzo”, “casas” ou “roças”, mas, que nunca deixarão de ser consideradas pelos seus habitantes-praticantes como entidades sagradas e como dispositivos imprescindíveis para a resistência cultural (SOUSA; DEBORTOLI; CURI, 2022, p.139).

Nestes processos de resistência, as noções de corpo, território e festa que são elaboradas pelas pessoas que fazem parte das comunidades tradicionais, emergem como referências imprescindíveis para compreender as temáticas que norteiam as ações sociais promovidas pelos “POTMA – Povos tradicionais de Matriz Africana” (BRASIL, 2016). No caso específico dos terreiros de candomblé estas noções estão imbricadas com as percepções e as concepções que envolvem o tempo e o espaço, nos processos de luta pela continuidade da cultura que, por sua vez, implica em processos de aprendizagem desta mesma cultura, aspecto que evidencia sua relevância para os estudos acadêmicos em diferentes campos, especialmente para o campo da educação. Aprendizagem da cultura é parte fundamental da luta e as noções de corpo, território e festa são fundamentais para compreender os processos de luta.

Os terreiros de candomblé se constituem como espaços de luta pela “continuidade da cultura” (SODRÉ, 1988, p. 71) e pela manutenção e transformação dos modos de ser e de viver em coletividade. O corpo, em seu devir território, configura-se também como espaço de luta, um “corpo-território” (GAGO, 2020). Estamos nos referindo às entidades que nos convidam a assumir o próprio corpo que transborda em experiências coletivas, por meio de confluências sociais, políticas, comunais. Lugar de enfrentamento e de lutas. De acordo com Verônica Gago (2020, p. 107) “não sabemos do que é capaz um corpo enquanto corpo-território. (...) corpo-território é uma ideia-força que surge de certas lutas, mas que possui a potência de migrar, ressoar e compor outros territórios e outras lutas”.

Do ponto de vista dos arranjos temporais, é possível observar uma série de atividades que compõem os calendários festivo-ritualísticos das comunidades de terreiro. Estas atividades, materializadas através das festas públicas, expressam percepções a respeito do tempo e do espaço, da configuração do universo. Expressam, dessa maneira, “cosmopercepções” (OYĚWÙMÍ, 2021), da própria vida, celebrada e compartilhada coletivamente.

As festas públicas emergem assim, como elaborações singulares de uma narrativa coletiva. É ali que o candomblé acontece, neste encontro de narrativas pessoais que são reunidas como uma construção coletiva única, mas, que nos permite contar outras histórias. A riqueza e a complexidade dos entrelaçamentos que ocorrem nestes contextos fazem parte de elaborações e reelaborações que resultam de vivências coletivas, experiências de aprendizagens cotidianas que

são compartilhadas nas festas com a comunidade externa.

Entendemos então que estas narrativas compartilhadas por meio das festas públicas possuem grande importância como “força de realização coletiva” (SANTOS, 2012, p. 40) da comunidade interna, com capacidade de convocar a comunidade externa a aproximar-se das práticas sociais do terreiro, permitindo que este legado cultural de matriz africana seja conhecido, reconhecido, e valorizado por outras pessoas além daquelas que já contribuem para a sua existência. A festa é, portanto, tudo que se vive coletivamente dentro do cotidiano no terreiro, mas, que também é partilhado com o restante da sociedade, do lado de fora deste território. A “festa” (PEREZ, 2019, p.230) se destaca, dessa forma, não como momento isolado no fluxo da vida em comunidade, mas, como metáfora da criação e da celebração da vida em todas as suas dimensões.

Aspecto que nos leva a pensar na festa, conforme propõe Léa Freitas Perez (2019, p. 230), não como “fato socio-lógico” e sim como “a virtualidade antro-po-lógica”. Deslocamento de foco do “fato festivo” para o “mecanismo festivo”. Movimento de “desreificação” da festa que, segundo a autora, permite-nos percebê-la “como perspectiva (festa-questão)” e não apenas “em perspectiva (festa-fato)”. Nesse sentido, para além de “mera reprodução da vida”, a festa se apresenta como “ato mesmo de produção da vida” (SOUSA, 2021, p. 76).

As festas públicas, no contexto do candomblé, desdobram-se como práticas coletivas de preservação e de transformação cultural das comunidades tradicionais no Brasil, sugerindo novas possibilidades de entendimento e de aprendizado acerca das culturas dos “POTMA” (BRASIL, 2016) no país. A festa transborda o que se vive cotidianamente no candomblé. Narrativas coletivas que emergem como experiências históricas e culturais, corporalizadas em modos de inventar e reinventar-se no mundo. Sentidos e sentires que se revelam nas práticas sociais e nas tramas cotidianas, nas relações humanas e dos humanos com outros seres. Processos e percursos que implicam aprendizagens culturais singulares. Maneira “singular de viver o fato coletivo, de perceber o mundo e com ele se relacionar” (PEREZ, 2019, p. 230).

Fazer festas, no contexto do candomblé, sugere a possibilidade de retomada do próprio corpo, dos territórios e das relações com outras entidades. Funciona como uma metáfora da capacidade de transpor distâncias abissais transatlânticas a fim de encontrar velhos conhecidos que foram separados pela diáspora. A trama criativa da festa emerge, portanto, como “um campo de possibilidades” (RUFINO, 2019, p. 149) para outros movimentos de

aprendizagem, preservação e continuidade da cultura de matriz africana no Brasil (SOUSA, DEBORTOLI, CURI, 2022, p.141).

Os girantes e a aprendizagem da cultura: tessituras e corpografias

Girantes são as pessoas que incorporam as forças da natureza – *Mikisi* - cultuadas como divindades no contexto do candomblé Angola Congo por meio do transe, um modo dinâmico de interação que demanda aprendizagens. Nos percursos de aprendizagem das pessoas girantes é possível identificar experiências cotidianas marcadas por saberes e modos de viver lastreados pelas noções distintas que refletem experiências individuais e coletivas. Experiências que são materializadas por meio da realização de rituais, festas e outros eventos comunitários que, por sua vez, configuram elaborados processos de produção e de difusão de conhecimentos de matriz africana.

Ter um corpo é existir e re-existir através da cultura, dos saberes e das experiências em corporalidade. O corpo é território de expressão comunal das materialidades, imaterialidades e do sagrado. E, ao girar, este corpo continua narrando histórias ao mundo. Girante é, portanto, alguém com capacidade de reinventar a si mesmo por meio de outras narrativas.

Os conhecimentos vagueiam mundo para baixar nos corpos e avivar os seres. Os conhecimentos são como orixás, forças cósmicas que montam nos suportes corporais, que são feitos cavalos de santo⁴; os saberes, uma vez incorporados, narram o mundo através da poesia, reinventando a vida enquanto possibilidade (RUFINO, 2019, p. 9).

As experiências culturais de girantes convocam o entrelaçamento das noções de corpo, de aprendizagem e de festa. Nesse sentido, conforme Luiz Rufino (2019), no contexto das práticas cotidianas do terreiro, o corpo encontra-se inscrito como elemento fundamental da “arte do cruzo”. É urgente pensar que corpos e territórios precisam ser tratados e defendidos a partir de suas complexidades de sentidos próprias. Pensar nestas entidades a partir das noções que lhes são atribuídas pelos povos que as reverenciam, suscita a reelaboração do seu próprio existir social.

⁴ Cavalo de santo. Sinônimo de girante.

Nos contextos de matriz africana, especialmente nos terreiros de candomblé, fortalecer a concepção de território como lugar da existência material e imaterial de um povo, como inseparável deste próprio povo em sua corporalidade é fortalecer a luta pela continuidade e pela transformação das tradições. A partir do pensar com e neste corpo território, como agente perpetuador de cultura e de existência dos “POTMA” (BRASIL, 2016), materializa-se este corpo como lugar de origem e de destino, propulsor de epistemologias próprias. Assim são construídas as pequenas Áfricas pelo mundo afora. De acordo com Sodré (1988, p. 52-53), “pouco importa (...) a pequenez (quantitativa) do espaço topográfico do terreiro, pois ali se organiza, por intensidades, a simbologia de um Cosmos. É uma África qualitativa que se faz presente, condensada, reterritorializada”. Tempo e lugar em que as relações entre os membros obedecem às regras de respeito mútuo e de hierarquia, onde os mais jovens devem respeito aos mais velhos. Não se trata de idade cronológica, e sim do tempo de iniciação de cada pessoa.

O Candomblé é uma cultura iniciática, onde sua idade é demarcada pelo seu tempo de iniciação, configurando o corpo a partir desta iniciação. Os corpos girantes são territórios que possibilitam a existência e continuidade desta cultura e que, por meio de um entrelaçar de “coisas” (INGOLD, 2015), nos convidam a teceres coletivos construídos na prática social. Manifestações que geram outras grafias da própria existência – corpografias – expressões corporais em si mesmas e que se desdobram por meio de outras manifestações. Manifestações que demandam aprendizagem, vivenciadas simultaneamente como práticas sociais, educativas, artísticas, sagradas e que se encontram marcadas por uma ambivalência, desafiando delimitações conceituais.

Teoricamente central na teoria da prática social é a ideia de que toda atividade (o que seguramente inclui a aprendizagem) é situada nas – feita de, é parte das – relações entre pessoas, contextos e práticas. Isso nos levou às noções de que a aprendizagem é situada em complexas comunidades de práticas (culturais e mutantes, como parte do processo histórico que constitui a vida social). As coisas são constituídas por, e constituídas como, as suas relações; e assim, produção cultural é aprendizagem que é produção cultural (LEAVE, 2015, p. 40).

A partir da iniciação e de sua caminhada dentro da comunidade girantes aprendem. Aprendem na medida em que vivem e experimentam cotidianamente, conceitos trazidos originalmente de diferentes lugares de África. Todos estes aprendizados e aprenderes coletivos se fazem através

do corpo, de experiências corporais nos contextos de terreiro, evocando e convocando a outras possibilidades.

Girantes, através de suas corporalidades, de suas corpografias – gestos, danças, símbolos, modos de ser, estar, sentir, fazer –, narram memórias e histórias ancestrais, perpetuam e reescrevem as culturas de matriz africana, fazem existir o candomblé em seus territórios, em seus terreiros.

Estes territórios (terreiros/corpos) como espaços de aprendizado, espaços sociais, experimentam relações materiais e imateriais, humanas e não humanas, transmissão de saberes imbricando lugar, corpo e cultura, mantendo vivas as práticas tradicionais de matriz africana no Brasil. Assim, as tessituras destes corpos que giram devem ser sentidas e corpo-vividas em seus próprios termos.

Essas pedagogias não surgem soltas, nem como ideários da dinâmica interna do pensamento social e educacional do centro colonizador nem desta ou daquela tendência, deste ou daquele autor. Nem são importadas, frutos de corpos epistemológicos de fora como são narradas na história da Pedagogia. As formas de pensar a teoria social e educacional e as pedagogias em nossa história estão visceralmente atreladas às relações políticas e às formas específicas de pensar e conformar os coletivos sócio-étnico-raciais, de gênero, dos campos e periferias desde a empreitada colonial e continuando no ideário republicano. Nesse sentido carregam as marcas conformadoras desses coletivos em nossa história econômica, social, política e cultural (ARROYO, 2014, p. 62).

Como em África, território de origem das nossas pequenas Áfricas Brasileiras, saber perceber estas corpografias narradas em seus termos próprios e ancestrais é profundamente relevante. Corpografias, ou modos de ser e fazer corporais que traduzem memórias e saberes de origem. Corpo girante parido em África viva. Portanto, nos terreiros a corporalidade é vivida, o corpo é vivido em experiências cotidianas de fluxo contínuo, narrativas são tecidas, elaboradas e reelaboradas a todo momento, reverberando os modos de vida no espaço, no tempo e no território de sua origem.

Pensar o corpo como terreiro parte da consideração que o mesmo é assentamento de saberes e é devidamente encantado. O corpo codificado como terreiro é aquele que é cruzado por práticas de saber que o talham, o banham, o envolvem, o vestem e o deitam em conhecimentos pertencentes a outras gramáticas. Tais ritos vigoram esses corpos os potencializando ao ponto de os saberes assentados nesses suportes corporais, ao serem devidamente acionados,

reinventam as possibilidades de ser/estar/praticar/encantar o mundo enquanto terreiro (SIMAS; RUFINO, 2018, p. 50).

No Candomblé, nossa pequena África, o corpo possui uma história e, ao tornar-se comunal, na presença de Mikisi, tem a possibilidade de narrar outras histórias, adquirindo outros sentidos. Em movimentos imbricados de sentires e sentidos girantes adquirem uma nova percepção de mundo, das materialidades e das imaterialidades, se fazendo parte do todo, memória coletiva em uma rede de significados, ressignificando sua existência e afirmando sua ancestralidade original.

Considerações caminhantes: pontas soltas e um convite a girar

Às margens da educação instituída existe uma cosmologia de saberes plurais, corporalidades, materialidades e imaterialidades, que significam e ressignificam-se a todo instante no tempo e espaço em contato com a natureza e com outros seres, produzindo saberes. Ao reaproximarmos estas interações sociais do que hoje denominamos educação, podemos enriquecê-la com outros sentidos de formação humana. Logo, precisamos entender a pedagogia como uma construção coletiva de saberes derivados das relações humanas, suas ações e interlocuções com tudo que é vivo e está no mundo. Entender este devir social implica em extrapolar o domínio dos sentidos e suas especializações. Tornar possível um conjunto de sentidos ou a combinação de sentidos que permitam o transbordamento da educação em infinitas pedagogias e epistemologias libertadoras.

As culturas originárias têm por decisão apropriar-se ou reapropriar-se de seus próprios fundamentos, com seus próprios meios e termos. O mesmo acontece nos contextos das nossas UTT – Unidades Territoriais Tradicionais –, nossos Terreiros, nossos Candomblés, nossas pequenas Áfricas. Giramos em movimento constante corporalizando ancestralidades, encruzilhadas e pedagogias. E isso tem contribuído para narrar e reescrever outros caminhos, em versões epistemológicas afrocentradas.

Nesse sentido, defendemos encontros e entrecruzos de saberes e sabedorias. Enfim, trata-se de um convite a outras tessituras, caminhos, chegares, cruzos, giros, encantos e entrelaçamentos de pontas soltas.

Referências

ARROYO, Miguel Gonzáles. **Currículo, território em disputa**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2011

BRASIL. Cartilha: **Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana**. Ministério da Justiça e Cidadania. Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. Secretaria de Políticas Para Comunidades Tradicionais. Brasília: DF, 2016.

BRASIL. Decreto nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília-DF, 10 jan. 2003.

BRASIL. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história de cultura afro-brasileira e africana**. Brasília, DF: MEC/SECAD, 2004.

BRASIL. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". **Diário Oficial da União**, Brasília-DF, 11 mar. 2008.

CARVALHO, José Jorge de. Encontro de Saberes e Descolonização: Para uma refundação étnica, racial e epistêmica das universidades brasileiras. In: COSTA, Joaze Bernardino; TORRES, Nelson Maldonado; GROSSFOGUEL, Ramón (Org.). **Decolonialidade e Pensamento Afrodiaspórico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

CARVALHO, José Jorge de; VIANNA, Letícia C. R. O encontro de saberes nas universidades. Uma síntese dos 10 primeiros anos. Alagoas. Revista **Mundaú**, 2020.

GAGO, Verónica. **A potência feminista**, ou o desejo de transformar tudo/ Verónica Gago. Tradução de Igor Peres. São Paulo: Elefante, 2020.

GOLDMAN, Márcio. Histórias, devires e fetiches nas religiões afro-brasileiras:ensaio de simetrização antropológica. **Análise Social**, v. XLIV (1º), n. 190, 2009.

GOLDMAN, Márcio. Cavalo dos deuses: Roger Bastide e as transformações das religiões de matriz africana no Brasil. **Revista de Antropologia**, v. 54, n. 1, p. 407,- 432, ago. 2012.

GOLDMAN, Márcio. O dom e a iniciação revisitados: o dado e o feito em religiões de matriz africana no Brasil. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 2, p. 269-288, 2012.

INGOLD, Tim. INGOLD, Tim. **Estar vivo**: ensaios sobre movimento, conhecimento e

descrição. Tradução de Fábio Creder. Petrópolis: Vozes, 2015.

LEAVE, Jean. **Aprendizagem como/na prática**. Revista Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, 2015.

LOPES, Nei; SIMAS, Luiz Antonio. **Filosofias africanas: uma introdução**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020.

OYĚWÙMÍ, Oyèrónké. **A invenção das mulheres**: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero/ Oyèrónké Oyewumi; Tradução Wanderson Flor do Nascimento. 1. ed. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2021.

PEREZ, L. (2019). Festa, religião e cidade: Experiência e expertise. **Papers do NAEA**, 28(1), 1–12. <https://doi.org/10.18542/papersnaea.v28i1.7600>

RABELO, Miriam C. M. **Enredos, feituas e modos de cuidado**: dimensões da vida e da convivência no candomblé. Salvador: EDUFBA, 2014.

RUFINO, Luiz. **Pedagogia das encruzilhadas**. Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2019.

SANTOS, Juana Elbein dos. **Os Nàgô e a morte**: Pàde, Asèsè e o culto Égun na Bahia. Traduzido pela Universidade Federal da Bahia. 14. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

SIMAS, Luiz Antonio; RUFINO, Luiz. **Fogo no mato**: a ciência encantada das macumbas. 1. ed. Rio de Janeiro: Mórula, 2018.

SODRÉ, Muniz. **A verdade seduzida**: por um conceito de cultura no Brasil. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

SODRÉ, M. **O terreiro e a cidade**: a forma social negro-brasileira. Petrópolis: Vozes, 1988.

SODRÉ, Muniz. **Sobre ensino, robôs e a libertação humana**. In: <https://outraspalavras.net/outrasmídias/muniz-sodre-sobre-ensino-robos-e-a-libertacao-humana/> Muniz Sodré em entrevista a Luciana Alvarez, na Revista Educação (Acesso em 09/09/2022).

SOUSA, Genesco Alves de. Tese de doutorado. **Com o pé na África**: corpo arte e lazer em um terreiro de candomblé. Belo Horizonte. EFETTO/UFMG, 2021.

SOUSA, Genesco Alves de; DEBORTOLI, José Alfredo Oliveira; CURI, Gabriela Ferreira. A Trama da Festa. Corpo, Arte e Lazer em um Terreiro de Candomblé in: RIBEIRO, Rita; ARAÚJO, Emília; FERNANDES, Alberto (Eds.). **Festividades, culturas e comunidades**: património e sustentabilidade. Braga, Portugal: UMinho Editora /Centro de Estudos em Comunicação e Sociedade, 2022.